AFRICAN MEDIA BAROMETER

The first home-grown analysis of the media landscape in Africa

CAPE VERDE 2007

(English/Portuguese version)

Published by:
Media Institute of Southern Africa (MISA)

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)
Media Project Southern Africa
Windhoek, Namibia
Tel: +264 (0) 61- 237438
E-mail: fesmedia@fesnam.org.na
www.fesmedia.org.na
Director: Rolf Paasch

Design and Printing
061-303218

ISBN

978-99945-77-74-3

Le processus du B.M.A au Tchad a été rendu possible à travers l' assistance du Service Allemand de Développement (DED) - bureau à N'djamena, Tchad.

The AMB process in Chad was made possible through the support of the Service Allemand de Developpement (DED)-Office in N'djamena, Tchad

BARÓMETRO AFRICANO DA MEDIA (AMB) – CABO-VERDE: 11 &

12/10/2007, Sao Vicente Island

Sector 1: A Liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, é efectivamente protegida e promovida

1.1 A liberdade de expressão, incluindo a liberdade dos meios de comunicação social, está garantida na Constituição e protegida por outros dispositivos legais.

ANÁLISE:

A legislação cabo-verdeana protege a Liberdade de Expressão e de Imprensa. O problema está na aplicação do que a lei diz. Há leis que ditam que a sua operacionalização deve ser feita através de regulamentos, e quando estes não existem, praticamente que a lei em causa não pode ser operacionalizada. Contudo, tratando-se de Direitos Fundamentais, tanto a Liberdade de Expressão como a Liberdade de Imprensa são direitos cujo exercício não carece necessariamente de um regulamento. A Liberdade de Expressão e de Imprensa estão consagrados através dos artigos 47 e 59 da Constituição da República de Cabo Verde respectivamente. Elas são ainda operacionalizadas através da Lei Número 56/98, vulgarmente conhecida por Lei da Comunicação Social, no seu artigo 11. Esta Lei não está ainda regulamentada, sendo apenas a Comissão da Carteira Profissional que foi regulamentada em 2004. O problema de se há ou não Liberdade efectiva pode ser avaliado pelo número de processos de crimes de imprensa que já deram entrada nos tribunais. Estes processos são relativamente muito poucos, e não se pode inferir que eles tenham sido instaurados para limitar o exercício da Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa. Em 20 processos registados nos últimos anos, apenas 3 jornalistas foram condenados a penas suspensas. Pode-se, assim, de uma maneira geral, dizer que estas liberdades existem, e são amplamente exercidas em Cabo Verde quer pela população em geral quer pelos profissionais da comunicação social.

Pontuação individual: 4, 4, 4, 5, 4, 4, 5, 5, 4

Pontuação Média: 4.3

1.2 O direito à liberdade de expressão é praticado, e os cidadãos, incluindo

jornalistas, exercem os seus direitos sem medo.

ANÁLISE:

Existe medo. O reflexo disso é o facto de os jornalistas invariavelmente recorrerem a fontes não identificadas para os seus artigos. Em muitos casos o cidadão confia mais na imprensa. Devido ao medo, muitas vezes os jornalistas do sector público têm informação que não se atrevem a tornar pública. O medo não resulta de uma política do governo que encoraja tal medo. Resulta, isso sim, de questões culturais. Mesmo no sector público o medo não é contratual ou institucional. Os jornalistas sentem-se mais à vontade em criticar instituições (incluindo as do governo), do que escrever sobre outras pessoas, isto porque as instituições não têm cara, e como tal os jornalistas não receiam quaisquer represálias. As organizações da sociedade civil estão cada vez mais activas e actuando de forma muito livre.

Pontuação Individual: 3, 2, 3, 3, 4, 3, 4, 4, 4

Pontuação Média: 4.0

1.3 Não há leis que restringem a liberdade de expressão, tais como excessivas leis sobre segredos oficiais ou difamação, ou leis que irrazoavelmente interferem com as responsabilidades dos órgãos de comunicação social.

ANÁLISE:

Há leis que protegem o segredo de justiça e o segredo do Estado. Também há jornalistas que foram condenados por difamação. O artigo 50 da Lei da Comunicação Social fala dos crimes de imprensa. A calúnia é tratada no artigo 51, enquanto que o artigo 52 lida com questões relacionadas com a injúria. Todos estes crimes, de acordo com a lei, são punidos com penas de prisão. A difamação está contida no Código Penal. Contudo, a experiência indica que é raro que processos de difamação sejam conclusivos nos tribunais, apesar da Lei da Comunicação Social prever que eles têm um tratamento célere (artigo 75). Também porque Cabo Verde é um pais relativamente pequeno, não há grandes segredos, e as leis que protegem o segredo de justiça e o segredo do Estado não interferem de forma irrazoável com o trabalho dos profissionais da comunicação social.

Pontuação Individual: 5, 4, 4, 3, 4, 4, 4, 3, 5

Pontuação Média: 3.7

1.4 A entrada e prática da profissão do jornalismo são legalmente irrestritas.

ANÁLISE:

O estatuto de jornalista impõe condições de ingresso na profissão. Os candidatos a esta profissão devem ter ou um curso superior ou uma formação média. Portanto, as restrições que são impostas para o ingresso na profissão de jornalista destinam-se apenas a salvaguardar altos níveis de profissionalismo.

Pontuação Individual: 4, 5, 4, 5, 3, 5, 5, 5, 5

Pontuação Média: 4.5

1.5 A protecção das fontes confidenciais de informação é garantida por lei.

ANÁLISE:

A lei diz que em caso de fontes não identificadas, em casos de difamação ou de uma informação incorrecta, a responsabilidade recai sobre o Director do respectivo órgão de informação. Mas é preciso que o Director proteja as suas fontes de informação, sob o risco de vir a perder a confiança destas. O artigo 59 da Constituição da República de Cabo Verde garante o direito dos órgãos e profissionais da comunicação social de protegerem as suas fontes, mesmo em juízo. Essa protecção é também garantida pelo artigo 16 da Lei da Comunicação Social.

Pontuação Individual: 5, 5, 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Pontuação Média: 4.9

1.6 A informação pública é facilmente acessível, garantida por lei, a todos os cidadãos, incluindo jornalistas.

ANÁLISE:

O acesso à informação pública não é facilitado. A ideia de administração pública não se assume como uma função de serviço ao cidadão. Muitas vezes, os próprios cidadãos olham para os serviços que lhes são prestados pelos servidores públicos como um favor, e não como uma obrigação para quem trabalha numa instituição pública. A função pública em Cabo Verde é muito

burocratizada, e os seus funcionários muitas vezes olham para o seu trabalho como um fim, e não um meio de servir o público. É preciso, contudo, sublinhar que têm-se registado melhorias, mas muito mais precisa de ser feito para que a informação sob custodia das instituições públicas seja, de facto, do domínio público. Muitas vezes não é que os funcionários públicos não queiram dar a informação, mas nota-se que em certos casos eles próprios não têm o domínio das matérias sob sua jurisdição. A Constituição e as demais leis avulsas garantem o acesso dos cidadãos à informação pública. Mas o grande problema é a cultura de secretismo que prevalece entre a maioria dos funcionários públicos cabo verdianos. Às vezes têm que ser os Ministros a intervir para obrigar os seus subordinados a prestarem informação aos jornalistas. Os websites das várias instituições públicas muitas vezes só têm informação que não é muito relevante.

Pontuação Individual: 1, 1, 2, 1, 3, 3, 3, 3, 4

Pontuação Média: 2.3

1.7 A sociedade civil em geral, e as associações profissionais da comunicação social activamente defendem e promovem a causa da liberdade de imprensa.

ANÁLISE:

As organizações da sociedade civil têm feito alguma coisa nesse sentido. Mas ainda não é o suficiente. Geralmente, os jornalistas não participam nas associações de defesa dos interesses da sua própria profissão. Mas isto também tem a ver com os benefícios que estas associações oferecem aos seus membros. Se os jornalistas sentirem que há benefícios a colher dessas associações, naturalmente que irão ter mais envolvimento. Por exemplo, em 2006, a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde conseguiu angariar mais membros porque conseguiu garantir que eles tivessem acesso à Carteira Profissional Internacional. Mas de um modo geral, as organizações da sociedade civil participam na promoção e defesa da Liberdade de Imprensa.

Pontuação Individual: 2, 3, 2, 4, 4, 3, 3, 3, 4

Pontuação Média: 3.1

Pontuação Média Para o Sector 1: 3.8

SECTOR 2: O Cenário da comunicação social é caracterizado pela diversidade, pela independência e pela sustentabilidade

2.1 *Uma Ampla gama de fontes de informação (Imprensa, radiodifusão, internet) estão disponíveis e ao alcance financeiro dos cidadãos.*

ANÁLISE:

O crescimento da radiodifusão em Cabo Verde é bastante lento, e adiversidade neste sector é muito pequena. É dominante o papel da Radio Nacional de Cabo Verde (RNCV), que tem sido quase que em exclusivo o principal beneficiário de todo o esforço da cooperação internacional realizado pelo governo. Isto é porque na óptica do governo, a RNCV garante a unidade nacional, que poderia ser minada com a rápida expansão das rádios comunitárias, neste momento em número de seis, em todo o país. A mesma situação pode ser cdescrita em relação ao canal público de televisão, a TCV. Estes dois órgãos, cada um no seu ramo, dedicam cerca de 80 porcento da sua agenda informativa às actividades do governo.

A imprensa escrita é um pouco mais diversificada, mas na generalidade, em termos de cobertura, ela também segue o modelo dos dois principais órgãos de radiodifusão estatais, concentrando muito esforço sobre a cobertura de eventos oficiais. Na sua maioria, com a notável excepção do semanário *ASemana,* estão concentrados na capital nacional, Praia, sem delegações em outras partes do país, que é composto por um conjunto de 10 ilhas. Não existe um jornal diário em çabo Verde, e isso deve-se em grande parte à ausência de um parque gráfico capaz de responder a uma tal necessidade.

Do exterior, Cabo Verde recebe em sinal aberto as emissões do canal africano da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP-África), do Canal-5, da França, e da brasileira Record. Nota-se também um crescimento significativo da internet.

Pontuação individual: 3, 3, 3, 4, 4, 4, 4, 3, 4

Pontuação Média: 3. 5

2.2 *O acesso dos cidadãos às fontes domésticas e internacionais da comunicação social não é restringido por autoridades do estado.*

ANÁLISE:

O acesso não é restringido pelas autoridades do Estado. A maior restrição é de carácter financeiro. Os cidadãos com possibilidades financeiras podem ter acesso aos serviços via satélite da DSTV. Para além da TCV existe um canal nacional privado de televisão, a Tiver.

Já ao nível da rádio, a BBC entra sem autorização especial em cadeia com a Rádio Nova. O mesmo acontece com a Voz da América. Os jornais estrangeiros também são vendidos livremente no país.

Um em cada 10 cabo-verdianos têm um aparelho de rádio em casa. O rácio é de 2 para 3 no que diz respeito à televisão.

Pontuação individual: 5, 5, 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Pontuação Média: 4. 9

2.3. Esforços são empreendidos para aumentar o âmbito da circulação da imprensa escrita, particularmente às comunidades rurais.

ANÁLISE:

Não existe em Cabo Verde uma política deliberada por parte do Estado visando facilitar o acesso dos cidadãos à imprensa escrita. Não há apoio aos jornais, tendo como objectivo reduzir os enormes custos de produção.

Pontuação individual: 3, 1, 3, 3, 4, 3, 3, 3, 2

Pontuação Média: 2.8

2.4 *Legislação sobre a radiodifusão que viabilize um ambiente propício para a radiodifusão pública, comercial e comunitária foi aprovada e está a ser implementada*.

ANÁLISE:

O Decreto 10/93 pode ser considerado como sendo a plataforma que cria um ambiente saudável na radiodifusão em geral. Mas como em muitos outros casos, continua a existir um fosso entre aquilo que é o quadro legal e as acções práticas.

Alguns dos objectivos contidos no Decreto já referido visam o alargamento da programação radiofónica para cobrir os interesses dos mais diversos sectores da sociedade, preservar e divulgar os valores característicos das culturas locais

e regionais, difundir informações com particular interesse local e regional, e incentivar as relações de solidariedade, convivio e boa vizinhança no seio do povo.

De acordo com um vasto sector da opinião pública, apesar deste intrumento legal, há necessidade de se aprovar uma legislação especiífica sobre o sector da radiodifusão comunitária, das as suas características específicas que o diferencia do sector convencional.

Pontuação individual: 3, 1, 2, 2, 3, 3, 2, 2, 3

Pontuação Média: 2. 3

2.5 *A radiodifusão comunitária goza de promoção especial, dado o seu potencial para expandir o acesso á informação por parte das comunidades mais pobres e rurais*

ANÁLISE*:*

Não constitui verdade que o sector comunitário da radiodifusão goza de um esforço especial para a sua promoção, tendo como objectivo garantir que comunidades mais pobre e rurais tenham acesso a um vasto leque de informação. Como consequência, o sector está a enfrentar dificuldades enormes, não conseguindo por isso alcançar os seus principais objectivos. A publicidade do Estado, por ser de natureza de prestação de um serviço público, faria grande diferença se o Estado ele próprio tomasse uma decisão deliberada de disponibilizar essa publicidade às rádios comunitárias. É por isso que uma legislação específica sobre o sector comunitário da radiodifusão é de uma extrema necessidade.

Pontuação individual: 1, 1, 1, 2, 3, 2, 1, 1, 1

Pontuação Média: 1.4

2.6*A Independência editorial da imprensa publicada por uma autoridade pública está adequadamente protegida conta interferência política imprópria*.

Oficialmente, mesmo aos órgãos públicos da comunicação social está garantida a sua independência. Há pouca, se é que alguma, interferência do Estado na comunicação social do sector público. Contudo, tem se notado um ersforço por parte dos dirigentes editoriais destes órgãos de informação de não

publicar seja quanto for que possa irritar o governo, mesmo que instruções nesse sentido não tenham sido dadas. Como consequência, muitos jornalistas do sector público têm procurado abordar matérias menos controversas, como forma de se protegerem das frustrações que teriam que enfrentar junto dos seus superiores hierárquicos.

Pontuação individual: 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Pontuação Média: 5. 0

2.7 *As agências de notícias independentes nacionais ou regionais recolhem e distribuem informação para toda comunicação social.*

ANÁLISE:

A única Agência de Notícias com esse nome é a estatal INFORPRESS, sector que durante muitos anos teve o papel de informar os cabo-verdianos do que se passava nas ilhas, na diáspora e no mundo. Mas agora a INFORPRESS funciona de forma deficiente, não está cumprindo o seu papel enquanto órgão importante de um país de ilhas com grande descontinuidade territorial e com uma vasta diáspora. Está permanentemente fora do ar, não cumpre o seu papel. A maior parte dos órgãos não utiliza o seu serviço. Os participantes acham que boa parte da responsabilidade pela grande falta de perfomance dos outros órgãos de comunucaçnao social é consequência dessa apatia da agência noticiosa. Porque esta, apesar de ter correspondentes em todo o país, já não anda ao ritmo do desenvolvimento que o país conhece em matéria de produção de acontecimentos, e nem está a cumprir o seu papel de unir os cabo-verdianos aqui e além fronteiras. É verdade que parte do trabalho que era feito pela INFORPRESS é hoje apresentado ao público através dos meios privados de comunicação online, mas isso não chega completamente a mudar a situação.

Pontuação individual: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1

Pontuação Média: 1. 0

2.8 *A diversidade da comunicação social é promovida através da regulação da competição/ legislação adequada.*

ANÁLISE:

Cabo Verde é bastante fraco no campo da regulação sobre os media. Não existe no país legislação específica sobre a concorrência. Mas isto não significa que não haja um ambiente diversificado na comunicação social. Muitas vezes, a ausência de legislação é simplesmente resultado da falta de atenção e do facto de muitas vezes o sector da comunicação social não ser encarado como tão prioritário, não necessáriamente o resultado de uma atitude deliberada com o objectivo de prejudicar a diversidade.

Pontuação individual: 4, 4, 4, 4, 3, 4, 4, 4, 5

Pontuação Média: 4.0

2.9 O Governo promove um ambiente político e económico que permite um cenário diversificado na comunicação social.

ANÁLISE:

O ambiente político que se vive em Cabo Verde, caracterizado por um regime de democracia liberal, é propício para a promoção da diversidade na comunicação social. Do ponto de vista erconómico, não sendo necessáriamente Cabo Verde um país rico, pode se dizer com firmeza que há condições para que a comunicação social prolifere que o sector seja caracterizado por uma maior diversidade.

Pontuação individual: 4, 5, 3, 4, 4, 4, 5, 4, 5

Pontuação Média: 4.2

2.10 *Os órgãos privados da comunicação social operam como empresas eficientes e profissionais.*

ANÁLISE:

Cabo Verde ainda não tem um diário a circular no país, o que já por si é um grande constrangimento. Assiste-se ao que um participante chamou de "hemorragia do parque gráfico", porque ao não incentivar para que haja um parque gráfico à altura no país, o Governo está a diificultar não só o

aparecimento de um diário como também de mais jornais, revistas, livros, etc. é uma questão de política. O Governo deve dotar o país de um grande parque gráfico, como sinal de qualidade. É um investimento incontornável, defenderam os participantes, uma vez que entendem que uma gráfica seria uma contribuição significativa no desenvolvimento da comunicação social. A ausência de uma unidade gráfica independente tem como resultado a excessiva partidarização dos órgãos de comunicação social, o que por sua vez conduz à ausência de profissionalismo quer do ponto de vista editorial que do ponto de vista da gestão dos mesmos. Contudo, os participantes concordaram em que existe em Cabo Verde publicações de qualidade, com cadernos especializados por temas que vão da política à economia, da cultura ao desporto, ao Social, etc.

Pontuação individual: 3, 4, 3, 4, 4, 4, 3, 4, 4

Pontuação Média: 3.7

2.11 *A imprensa estatal não é subsidiada com dinheiro dos contribuintes.*

ANÁLISE:

Existem verbas cabimentadas para os órgãos de imprensa públicos no orçamento geral do Estado, que resultam dos dinheiros públicos e dos descontos normais feitos aos cidadãos como contribuintes do Estado. Existe, para além disso, a taxa da rádio e televisão que é cobrada a todos os utentes da Electra (Empresa Nacional de Energia e Agua), que os participantes consideram ilegal, pois ela é cobrada mesmo àqueles que não vêm a TCV ou preferem outras rádios à RCV. Essa taxa vai exclusivamente para a rádio e televisão públicas. Porém, não existe em Cabo Verde uma imprensa que se possa considerar de estatal. Pelo que não se pode dizer que há fundos públicos para subsidiar um sector estatal da comunicação socia.

Pontuação individual: 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Pontuação Média: 5. 0

2.12O Governo não usa o seu poder sobre a colocação de anúncios como meio para interferir com o conteúdo da comunicação social.

ANÁLISE:

Há uma lei que manda que os anúncios públicos devem ser colocados no órgão de maior audiência. No caso da imprensa escrita no jornal de maior tiragem. Entretanto o governo tem procurdo distribuir os seus anúncios pelos dois mais importantes jornais, havendo mesmo casos em que publica em jornais de menor tiragem. Quanto às rádios procura também publicar nas 3 mais importantes rádios. Já a TCV por ainda ser a única tem o monopólio dos anúncios estatais. Os participantes foram unânimes em afirmar que nunca o governo utilizou o seu poder para condicionar os conteúdos informativos dos diversos órgãos de comunicação social onde coloca os seus anúncios públicos.

Pontuação individual: 5, 5, 5, 5, 5, 4, 5, 5, 4

Pontuação Média: 4.8

2.13O mercado da publicidade é suficientemente grande para manter uma diversidade de órgãos da comunicação social.

ANÁLISE:

O mercado da publicidade em Cabo Verde é ainda insuficiente para manter uma maior diversidade na comunicação social. Acresce-se a isso o facto de o mercado publicitário ainda não estar regulamentado, registando-se, por isso, uma concorrência desleal por parte do sector público. Recebendo o sector público fundos públicos, ele deveria ter certas limitações no que diz respeito ao acesso à publicidade comercial, em benefício do sector privado que nnao tem os mesmos privilégios. O Estado tem que intervir para regular o mercado publicitário, porque só assim poderá manter o pluralismo da informação e também evitar o *dumping* de publicidade.

Pontuação individual: 3, 1, 1, 3, 3, 2, 3, 2, 2

Pontuação Média: 2.2

Pontuação Média Para o Sector 2: 3.4

Sector 3: A regulação do sector da radiodifusão é transparente e independente, a radiodifusão estatal é transformada numa verdadeira radiodifusão pública.

3.1 A radiodifusão é regulada por um órgão independente devidamente protegido contra interferência, particularmente de uma natureza política e económica.

ANÁLISE:

A Regulação não funciona na Comunicação Social em Cabo Verde. Basta dizer que o suposto órgão regulador, o Conselho de Comunicação Social (CCS), está inoperante há mais de dois anos, depois de terminado o seu mandato. Os partcipantes estão unânimementre de acordo sobre o facto de nunca terem sentido o poder deste organismo. Por enquanto não há um órgão independente a regular a radiodifusão, embora haja leis internacionais e regionais que recomendam nesse sentido.

Há uma proposta avançada pelos profissionais da comunicação social para a criação de uma Alta Autoridade para a Comunicação Social, que seria um organismo independente, com representação de todos os extractos da sociedade. Isto permitiria evitar a excessiva conotação política que tem o CCS. A criação desta Autoridade teria que pressupor uma emenda constitucional.

Pontuação Individual: 1, 1, 1, 2, 1, 2 1, 1, 1

Pontuação Média: 1.2

3.2 o procedimento de nomeação para membros do órgão regulador é aberto e transparente e envolve a sociedade civil.

ANÁLISE:

Cabo Verde tem um órgão eminentemente politico, o Conselho da Comunicação Social (CCS) sedeado no Parlamento e dominado pelos políticos. Dos nove elementos que o compõe, 3 são designados pela Assembleia Nacional e 3 (incluindo o presidente) pelo Governo. Os restantes 3 são supostamente representantes da opinião pública, mas a lei prevê que eles sejam coaptados pelos outros 6. E nem o facto do presidente deste órgão ser

um magistrado judicial lhe pode retirar a sua extrema carga politica. O órgão nem sequer tem um representante profissional da comunicação social. Há dois anos que os dois partidos políticos com assento parlamentar estão à procura de consenso sobre quem devem ser os futuros representantes do órgão. Só o facto de a lei prever que os três representantes da sociedade civil (opinião pública) são coaptados pelos outros seis, desigandos por partidos políticos e pelo governo, é o suficiente para comprometer a independência deste órgão.

Pontuação Individual: 5, 4, 5, 2, 4, 4, 3, 3, 5

Pontuação Média: 3.9

3.3 *O órgão regula a radiodifusão no interesse público e assegura a justiça e uma diversidade de opiniões que representam amplamente a sociedade no geral*

ANÁLISE:

O Conselho de Comunicação Social (CCS) foi criado numa época em que o país fazia a sua transição para o multipartidarismo, quando o próprio pluralismo na imprensa dava os seus primeiros passos,. Daí este órgão pertencer a uma realidade que pouco tem a ver com o panorama mediático do Cabo Verde de hoje, o que leva a que várias questões da lei estejam ultrapassadas no tempo.

Hoje, há uma série de questões que têm a ver com a regulação do sector que não são respondidas por este Conselho demasiado politizado, que não funciona e mostra-se desajustado da realidade informativa do momento..

Razão porque se tem falado na extinção deste órgão e criação de um outro que sirva os mais amplos interesses da sociedade cabo verdiana.

Pontuação Individual: 1, 1, 1, 3, 2, 2, 1, 2, 2

Pontuação Média: 1.6

3.4 As decisões do órgão, especialmente na atribuição de licenças é baseada numa política de radiodifusão desenvolvida de uma maneira transparente e inclusiva.

ANÁLISE:

Há uma dispersão de competências nesse aspecto em Cabo Verde.

- As licenças são atribuídas por um outro órgão que não é o Conselho. É gerida por uma comissão nomeada pelo Governo e que, por isso, não é independente.
- Os órgaos públicos não prestam contas. Há órgãos públicos cujas contas há mais de sete anos ainda estão a ser trabalhadas, e o Tribunal de Contas nem tão pouco se pronuncia.

Pontuação Individual: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1

Pontuação Média: 1.0

3.5 A Emissora pública é responsável perante o público através de um conselho governativo representativo da sociedade em geral e seleccionado de uma maneira independente, aberta e transparente.

ANÁLISE:

O exercício dos cargos de direcção na Rádio Nacional de Cabo Verde, é por nomeação do Conselho de Administração da RTC, cujos membros, por sua vez, são designados por pelo Conselho de Ministros. Não há transparência. Há muito tempo fala-se de que as chefias intermédias devem ser eleitas pelos jornlistas do s respectivos órgãos, mas até agora esta ideia não passa de meras promessas. Nunca foi posto em prática na rádio pública. Um Conselho de Opinião chegou a funcionar num primeiro momento, nos anos 90, mas agora não existe. As inúmeras polémicas públicas entre o Conselho de Administração e os Directores de Órgãos revelam claramente a existência de problemas sobre como estes órgãos são geridos, com o Conselho de Administração a achar que o director subordina-se a todas as suas decisões, e o director a reivindicar autonomia editorial, ao abrigo da Lei da Comunicação Social.

Pontuação Individual: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1

Pontuação Média: 1. 0

3.6 Indivíduos com interesses de natureza política ou comercial são excluídos da possível inclusão no conselho governativo, isto é quadros do estado e partidos políticos assim como aqueles com um interesse financeiro na industria da radiodifusão.

ANÁLISE:

O Decreto Legislativo 10/93, que regula a actividade de radiodifusão em Cabo Verde, prevê que a actividade pode ser garantida por entidades públicas, privadas ou cooperativas, e proíbe que o exercício da actividade de radiodifusão seja financiado por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, bem como as autarquias locais por si ou através de entidades em que detenham capital público. Dizer que maugrado essa proibição nos últimos tempos surgem mais radios ligadas às câmaras municipais que as comunitarias propriamente ditas, quanto mais não seja porque as ONGs, cooperativas e outras continuam a guardar os equipamentos recebidos da cooperação internacionl numa dependência qualquer das suas instalações por alegda falta de meios humanos para levar a rádio à comunidade. Essencialmente, na visão dos participantes, não há nada claramente definido e que impeçam que indivíduos com interesses, sejam de que espécie forem, na área da radiodifusão, sejam excluídos de participarem em órgãos reguladores.

Pontuação Individual: 1, 1, 2, 4, 3, 3, 3, 3, 2.

Pontuação Média: 2. 4

3.7 A independência editorial da emissora pública perante pressões de natureza comercial e de influência política é garantida pela lei e é praticada.

ANÁLISE:

A lei sobre a actividade de radiodifusão em Cabo Verde diz, no seu artigo 3, que o serviço público de radiodifusão é prestado pela Rádio Nacional de Cabo Verde. Mais, o artigo 11 da lei de Comunicaçnao Social garante essa liberdade de comunicação, reforçada pelo artigo 12, que proíbe a censura. Não se tem notícia de nenhuma interferência nem política, nem económica, nem religiosa, até porque os órgãos públicos são geridos enquanto empresas de comunicação, que gozam de autonomia perante o Estado, que tem um representante para, junto dos respectivos CA, determinar as políticas para esses órgãos.

Pontuação Individual: 1, 2, 1, 4, 3, 3, 3, 2, 3

Pontuação Média: 2.4

3.8 A *Emissora pública está adequadamente financiada de uma maneira que a protege de interferência aleatória no seu orçamento*

ANÁLISE:

A Emissora oficial ou pública tem cabimentadas verbas no orçamento geral do Estado. Para além disso, há em Cabo Verde uma taxa estatutária para a Rádio e Televisão públicas (RTC), cobradas a todos os utentes da Electra (Empresa Pública de Electrecidade e Água). Esta taxa tem sido muito contestada por aqueles que dizem que ela só deveria ser aplicada àqueles que ouvem a rádio nacional e vêem a televisão pública. Para muitos, a cobrança indiscriminada dessa taxa deveria dar lugar a que ela beneficiasse a toadas a estações de rádi e televisão, incluindo as privadas. Os que defendem esta ideia afirmam que não faz sentido que os órgãos públicos de radiodifusão beneficiem desta taxa, mais o orçamento geral do Estado, e ainda assim continuarem a concorrer com os privados no acesso à publicidade comercial.

Pontuação Individual: 1, 1, 1, 2, 3, 2, 1, 2, 1

Pontuação Média: 1.5

3.9 A emissora pública é tecnicamente acessível em todo país

ANÁLISE:

Projecções não oficiais dão conta de que dentro de 4 anos, ou seja, em 2010, a televisão em Cabo Verde terá mais público do que a rádio, numa proporção de 82% para 75%. Esta situação alterará completamente a realidade que ainda dá primazia à rádio, como meio de informação e de animação por excelência. Essas projecções apontam para a necessidade urgente do sector, nomeadamente a televisão, se preparar para os novos desafios. Porém, apesar da dispersão geográfica que o país, grande parte do território nacional é coberto pela emissora pública.

Pontuação Individual: 3, 4, 3, 4, 4, 4, 4, 3, 3

Pontuação Média: 3. 5

3.10 A Emissora pública oferece uma programação diversificada e que satisfaça todos os interesses e pontos de vista.

ANÁLISE:

A RNCV oferece uma programação diversificada, rica e que abarca diversos pontos do território nacional. Além disso programas de debate com larga audiência e específicos para os diversos públicos-alvo fazem dele um verdadeiro órgão de serviço público. Acresce-se a isso o facto de ter correspondentes em quase todos os concelhos do país, fazendo chegar a informação no em tempo real a todos os cabo-verdianos. Aqui, um pequeno reparo aos conteúdos que bem podiam ser mais inovadores, acompanhando melhor a dinâmica do país e os novos desafios que se colocam a Cabo Verde, nomeadamente o seu público jovem. Do ponto de vista dos conteúdos, estes decorrem das determinações dos Conselhos de Programação muito pouco eficazes e que sem estudos nem suporte técnico para acompanhar a evolução das audiências, novos conteúdos, novos públicos alvo, funcionam mais na lógica do improviso ou do deixa andar. Em relação à televisão pública, a sua programação é menos diversificada, e o seu serviço é tal que só pode ser aceitável num país onde os direitos dos consumidores não são respeitados. A televisão está longe, de cumprir com o seu papel de informar com qualidade, de educar com eficiência, e de servir como uma opção a mais no acesso ao conhecimento. Só para citar alguns exemplos: Concentrando-se na capital Praia e andando atrás dos políticos e dirigentes nacionais, dá antes de mais à população cabo-verdiana uma programação oficiosa do centro do poder, com Workshops, seminários, conferências e actos oficias. Muitas questões do dia-a-dia são relegadas para o esquecimento.

Pontuação Individual: 3, 2, 3, 4, 3, 3, 3, 2, 3.

Pontuação Média: 2. 8

3.11*A Emissora pública oferece informação equilibrada e justa que reflecte o espectro completo de opiniões e pontos de vista diversos*

ANÁLISE:

A rádio pública, pelo serviço que deve prestar por força do seu estatuto, tem que reavaliar o seu papel e reestruturar a sua programação para entrar na concorrência como um meio de comunicação que, ainda por cima, tem imagem e que, normalmente, reúne toda a família à volta dele. Ademais, é o órgão que mais gente emprega no país, dezenas de jornalistas, correpondentes, pessoal técnico, etc; tendo por isso a obrigacão de fazer este grande exército render mais. Caso isto não for feito, todo o investimento no sector corre o risco de deixar de render.

O momento reflecte os problemas estruturais da televisão. Pouco tempo de televisão, programação local quase inexistente.

Pontuação Individual: 3, 3, 2, 4, 2, 3, 3, 3, 3.

Pontuação Média: 2. 8

3.12 *A Emissora pública oferece o quanto possível conteúdo local diverso e criativo quanto economicamente possível*

ANÁLISE:

Esta afirmação tem acolhimento razoável no que diz respeito à RNCV. Quanto à TCV, esta continua ainda muito longe das espectativas do público cabo verdiano, particularmente no que concerne a uma programação que privilegie conteúdos locais. A maior parte dos conteúdos da TCV refelectem uma situação de alienação cultural quase completa.

Pontuação Individual: 2, 3, 2, 2, 2, 3, 3, 3, 3

Pontuação Média: 2. 5

Pontuação Média Para o Sector 3: 2.2

Sector 4: A comunicação social guia-se por elevados níveis e padrões profissionais

4.1 A comunicação social segue códigos voluntários de conduta profissional, e que são reforçados por órgãos auto reguladores.

ANÁLISE:

Não há um código de ética e deontológico aprovado pelos profissionais da comunicação social em Cabo Verde. De igual modo, nnao existe qualquer órgão de auto-regulação da classe jornalística. Este é um vazio muito grande, resultando em alguns profissionais enveredarem por comprtamentos inaceitáveis para a profissão, descredibilizando-a perante o público. Existe, porém, um Estatuto do Jornalista, que no seu artigo 13 estipula que os princípios e deveres deontológicos da profissão de jornalista deverão ser definidos no respectivo código deontológico, o qual deve, por seu turno, estabelecer as garantias para o seu respectivo cumprimento.

Os participantes foram de opinião de que enquanto não existir no país um Código de Ética e de Deontologia, o estabelecimento de comissões de ética ao nível dos órgãos de informação poderia resolver algumas das fragilidades com que o sector da comunicação social se depara actualmente.

Pontuação Individual: 2, 2, 1, 2, 1, 1, 1, 1, 1

Pontuação Média: 1. 3

4.2 Os Padrões de reportagem seguem os princípios básicos de rigor e exactidão.

ANÁLISE:

De uma maneira geral, sim. Contudo, num ambiente de polarização política como o que se vive em Cabo Verde, surgem ocasionalmente tendências partidárias quer se reflectem no trabalho dos jornalistas. Há também casos de jornalistas e órgãos que usam a profissão para ajustar contas com os seus adversários. Foi mais uma vez realçada a necessidade dos jornalistas guiarem-se pelos princípios básicos de ética e de deontologia, que ditam que em qualquer assunto há sempre mais do que uma versão, e de que não se pode acusar alguém sem que se tenha provas.

Pontuação Individual: 3, 3, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 4

Pontuação Media: 2. 8

4.3 A comunicação social cobre o espectro completo de acontecimentos, questões e culturas, incluindo matéria relacionada com a economia, a cultura, assuntos locais e investigativos

---

ANÁLISE:

A comunicação social em Cabo Verde cobre o espectro completo dos acontecimentos não só no país, como também na diáspora. Assiste-se mesmo a uma certa especialização, com cadernos de Economia, Cultura e Desporto, entre outras matérias. A preocupação da maioria dos órgãos de comunicação social em cobrir todas as 10 ilhas do país é cada vez mais notória. De entre outros temas que têm estado a conquistar maior espaço nos órgãos de informação são os que que têm a ver a saúde da mulher e da criança. O jornalismo de Investigação é outra vertente muito bem sucedida, e que faz a imprensa cabo-verdiana desempehar o seu papel de controle público, porta-voz da sociedade civil e um garante da transparência e da boa governação. Entretanto o jornalismo investigativo continua a conviver com o problema de meios e recursos para suportar os altos custos da recolha de informação. Por outro lado há o limite de requisitos técnico profissionais para a maioria dos jornalistas, o que impede que muitos embarquem para esta área do jornalismo.

Pontuação Individual: 3, 3, 4, 4, 3, 3, 4, 4, 4

Pontuação Média: 3. 5

4.4 Integração de questões de género é promovida no que diz respeito à participação igual de ambos os sexos no processo de produção de notícias

---

ANÁLISE:

Na Comunicação Social cabo-verdiana cerca de 70% do quadro efectivo dos órgãos é formado por mulheres. Elas são directoras de órgãos, jornalistas, engenheiras de som e de comunicações, realizadoras de TV, directoras administrativas, comerciais e de marketing. Há muitos anos que mulheres tomaram liderança ao nível da comunicação social em Cabo Verde. Já houve uma directora geral da RCV e uma PCA da TCV. Várias mulheres dirigem jornais e revistas. O mais importante semanário do país, *A Semana,* que em

breve será transformado em grupo, com um jornal diário *online* e um revista, é dirigido por uma mulher.

As mulheres desempenham um papel tão importante na comunicação social cabo verdiana, que um dos participantes foi levado a ironizar que "agora precisamos é de criar uma associação de protecção do homem". Esta situação pode ser explicada pelo facto de Cabo Verde ser um país eminentemente de emigrantes, com os homens a abandonarem o país à procura de condições para cuidarem das suas famílias.

Contudo, o facto de mulheres estarem na dianteira ao nível da comunicação social não significa, necessáriamente, que questões de género sejam privilegiadas, muito embora a situação em Cabo Verde seja melhor que em muitas partes do continente africano.

Pontuação Individual: 5, 5, 4, 4, 5, 5, 4, 4, 3

Pontuação Média: 4. 3

4.5 Integração de questões de género está reflectida no conteúdo editorial

ANÁLISE:

A "Integração das questões de género já é um facto adquirido", diz a jurista e activista social Vanda Évora. As mulheres ocuparem posições proeminentes na estrutura governativa de Cabo Verde. Na altura em que este exercício foi realizado, no segundo semestre de 2007, havia 5 mulhers que ocupavam cargos ministeriais. Um ocupava o cargo de Secretária de Estado e outra era presidente da Câmara da Cidade de São Vicente, o segundo mais importante município do país. Há uma mulher na mesa da Assembleia Nacional, e outras que dirigem comisõees especializadas do Parlamento, várias directoras gerais de organismos do Estado, e uma Juíza do Supremo Tribunal de Justiça. Ao nível da sociedade civil há mulheres que ocupam posições de estaque. Devido ao seu trabalho elas são muito visíveis na comunicação social.

Mesmo no campo as mulheres lideram a economia dos meios rurais, os processos de integração da família no meio rural, a formação, mesmo a revolução tecnológica. Fazem a opinião pública, e agora até já estão a fazer politica.

Pontuação Individual: 5, 4, 4, 5, 5, 4, 4, 3, 5

Pontuação Média: 4.3

4.6 Os jornalistas e os editores não praticam a auto-censura

ANÁLISE:

O problema da auto-censura vem ensombrando a Comunicação Social Cabo Verdiana desde que ela existe como tal. E nem os ventos do multipartidarismo e da democracia conseguiram livrá-la dessa mancha. Ela vem relatada há mais de dez anos em todos os relatórios sobre direitos humanos do Departamento de Estado dos EUA, é sempre o senão às notas muito positivas recebidas pelo país nos últimos cinco anos pela Freedoom House, e nunca deixou de constar dos reltórios da RSF. Não há razões plausíveis para a existência da auto-censura em Cabo Verde, um país considerado entre os mais democráticos e livres do mundo. Porém, a auto-censura pode ser produto de pressões de vária natureza, incluindo a económica, que são exercidas sobre os jornalistas. Desde 2000 que nenhum jornalista foi levado ao tribunal pelo Governo, e não há nenhuma informação de algum jornalista ter sido nos últimos anos sido despedido por ter exercido a sua liberdade de consciência, contrariamente ao que chegou a acontecer nos anos 90. os participantes aventaram a possibilidade de a censura ser também resultado do facto de que em muitos casos, os jornalistas estão ligados aos seus órgãos de informação através de contratos por tempo determinado, o que poderá causar uma certa insegurança em não tocar assuntos que possam pôr em causa os interesses do patronato.

Pontuação Individual: 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 3

Pontuação Média: 2.1

4.7 Os proprietários da comunicação social privada não interferem com a independência editorial

---

De uma maneira geral os proprietários andam muito afastados das redacções. Há casos de proprietários que investem, mas que nunca se preocupam em acompanhar a evolução dos seus próprios órgãos de informação. Isto pode encontrar explicação na codição deficitária em que vive a maioria das empresas de comunicação social em Cabo Verde, o que as torna menos atractivas para os seus próprios proprietários. Isto em parte pode ser bom, tendo em conta que pode contribuir para que os jornalistas funcionem num ambiente de ausência de interferência proprietária, mas o lado negativo é que se a atitude for de os proprietários não darem importância às suas empresas por serem deficitárias, as consequências poderão ser graves a longo prazo, na ausência de novos investimentos necessários para o desenvolvimento do sector da comunicação social no país.

Pontuação Individual: 4, 3, 4, 4, 5, 4, 4, 3, 4

Pontuação Média: 3. 8

4.8 Os níveis salariais e as condições gerais de trabalho dos jornalistas e outros profissionais da comunicação social são suficientemente adequados para desencorajar a corrupção

ANÁLISE:

Os participantes entenderam que não se deve ligar a questão salarial à ociorrência de actos de corrupção. A baixa remuneração jamais deverá justificar que um jornalista se envolvas em actos ilícitos ou anti-éticos. De qualquer modo, no que em particular a Cabo Verde se refere, os níveis salariais na comunicação social são muito melhores se comparados com muitos países africanos. O salário médio de um jornalista em Cabo Verde está acima do equivalente a mil dólares. As condicões de trabalho dos jornalistas também são boas em todos os órgãos de informação.

Pontuação Individual: 5, 3, 4, 4, 4, 3, 4, 5, 4

Pontuação Média: 4. 0

4.9 Instituições de formação oferecem programas formais de habilitações para jornalistas assim como oportunidades para promover as suas habilidades profissionais

ANÁLISE:

Não existe no país uma escola de jornalismo. Por outro lado, todas as indicações sugerem que o Estado não possui uma política ou estratégia de formação de quadros para o sector. Muitos dos profissionais que trabalham na área da comunicação social são formados em outras áreas, não necessáriamente em jornalismo, e seria importante que eles fossem submetidos a programas de formação específica em jornalismo. As poucas acções de cooperação que o Estado tinha com parceiros internacionais nessa área já deixaram de existir. Práticamente, a comunicação social está excluída, por desígneo ou por defeito, dos programas de cooperação que Cabo Verde mantém com os seus parceiros de desenvolvimento. Porém, existem cursos de comunicação social nas diversas universidades existentes no país, mas com uma qualidade modesta para se poder alcançar sucessos no desenvolvimento de um jornalismo apto e de qualidade.

Pontuação Individual: 3, 2, 2, 2, 3, 2, 2, 1, 2

Pontuação Média: 2. 1

4.10 Os jornalistas e outros profissionais da comunicação social estão organizados em sindicatos e/ou em associações profissionais.

ANÁLISE:

Sim. Existe a Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC) para a qual se afilia uma grande parte dos jornalistas cabo verdianos. Contudo, a sua acção não se tem feito sentir com grande intensidade. Isso talvez se deva ao facto de que os próprios membros não tomam iniciativas que incluiriam a necessidade de encontros regulares para debates sobre o estado da liberdade de imprensa no país. Alguns dos participantes interpretam isso como sendo produto da democracia e tranquilidade que se vivem em Cabo Verde, onde na ausência de uma perseguição sistemática contra a imprensa, os jornalistas não têm um motivo em torno do qual se unificarem.

Pontuação individual: 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 4, 5

Pontuação Média: 4. 7

Pontuação Média Para o Sector 4: 3.3

Média Geral Para o País: 3.2

AFRICAN MEDIA BAROMETER (AMB) – CAPE VERDE 2007

Sector 1: Freedom of expression, including freedom of the media, are effectively protected and promoted.

1.1	*Freedom of expression, including freedom of the media, is guaranteed in the constitution and protected by other pieces of legislation*

ANALYSIS:

Cape Verde's legislation protects Freedom of Expression and Freedom of the Press. The problem lies with the implementation of such legislation. There are laws whose own implementation requires specific regulations. And when such regulations do not exist, it means that the laws cannot be implemented. However, since Freedom of Expression and Freedom of the Press are enshrined in the Constitution as Fundamental Rights, it does not require specific regulations for them to be implemented. Freedom of Expression and Freedom of the Press are guaranteed under Sections 47 and 59 of the Constitution of the Republic of Cape Verde, respectively. They become further effective through Statutory Instrument Number 56/98, commonly known as the Media Law, in its Section 11. This Statutory Instrument has not yet been regulated, with the exception of the Professional Licensing Commission, which was established in 2004, and is responsible for issuing professional licenses to practicing journalists. The issue of whether freedom is effective or not, can be judged by the number of cases involving the media that have been brought to the courts over the recent years. Such cases are relatively fewer, and where they have come across it cannot be said that they were brought about in order to try and limit Freedom of Expression or Freedom of the Press. In the 20 cases that have been brought to court over the past few years, only three journalists were sentenced, and even then, such sentences were suspended. Thus, it is possible to conclude that generally, there is freedom and that such freedom is widely practiced in Cape Verde both by the population and media professionals.

SCORES:

Individual scores: 4, 4, 4, 5, 4, 4, 5, 5, 4

Average score: 4.3

1.2	*The right to freedom of expression is practiced and citizens, including journalists, are asserting their rights without fear.*

ANALYSIS:

There is fear. The result of this is that invariably, journalists have to resort to unnamed sources. Often a lot, citizens have shown to have more faith in the media. Because of fear, journalists in the public sector often do not dare to publish sensitive information that they might have in their possession. This is so, despite the fact that government does not have a deliberate policy of intimidating the media. Fear is cultural. Even in the public sector fear is not contractual or institutional. Journalists feel more comfortable to criticize institutions (including government institutions) than to write about individuals. This is because institutions are generally faceless, and as such journalists do not fear reprisals for criticizing them, as they would if they were to do so towards individuals. Civil society organizations are increasingly more active and generally free.

SCORES:

Individual scores: 3, 2, 3, 3, 4, 3, 4, 4, 4

Average score: 4.0

1.3	*There are no laws restricting freedom of expression such as excessive official secrets or libel acts, or laws that unreasonably interfere with the responsibilities of the media.*

ANALYSIS:

There are laws that protect matters that are before the courts, as well as official state secrets. There are also journalists who have been convicted for defamation. Section 50 of the Media Law deals specifically with crimes committed by the media. Libel is dealt with in Section 51, while Section 52 deals with issues related to personal injury. According to the law, all these crimes carry a prison sentence. Defamation is also dealt with in the Penal Code. However, experience shows that defamation cases brought to the courts have rarely been conclusive, even though under the Media Law (Section 75) media lawsuits brought before the courts have precedence over any other cases. Also because Cape Verde is relatively a small country, there are not too many secrets, and the laws that protect matters still pending in the courts as well as official state secrets do not unreasonably interfere with the activities of media professionals.

SCORES:

Individual scores: 5, 4, 4, 3, 4, 4, 4, 3, 5

Average score: 4.0

1.4 Entry into and practice of the journalistic profession is legally unrestricted.

ANALYSIS:
The statute of journalists imposes certain conditions for someone wishing to practise as a journalist. Candidates to the profession must have a degree or a School Leaving Certificate. But the only restrictions imposed in order to become a journalist are only meant to safeguard high levels of professionalism.

SCORES:

Individual scores: 4, 5, 4 5, 3, 5, 5, 5, 5

Average score: 4.5

1.5 Protection of confidential sources of information is guaranteed by law.

ANALYSIS:

The law states that in defamation cases, where the source cannot be identified, the editor is criminally answerable. Editors are required to protect their sources of information. Otherwise they risk becoming untrustworthy. Section 59 of the Constitution of the Republic of Cape Verde provides for the right of media organizations and professionals to protect their sources of information, even when in court. Such protection is also guaranteed in Section 16 of the Media Law.

SCORES:

Individual scores: 5, 5, 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Average score: 4.9

1.6 Public information is easily accessible, guaranteed by law, to all citizens including journalists.

ANALYSIS:

It is not easy to access public information. Public servants often do not see themselves as being there to serve the people. Very often, people themselves regard the services that are provided to them by public servants as a favour, and not as an obligation on the part of those who work for public institutions. The civil service in Cape Verde is highly bureaucratic, and civil servants often

see their work as an end in itself, not as a means to perform a public duty. There are improvements, however, even though a lot still has to be done so that information in the custody of public institutions is made public. In a number of cases it is not because public servants do not want to provide information; often they also do not master the issues that are under their responsibility. The Constitution and other laws guarantee citizen's access to public information. But the biggest problem is the culture of secrecy that pervades in most civil servants. Sometimes it has to be Cabinet Ministers themselves giving orders to their staff in order to give information to journalists. Often, the websites of many public institutions only have information that is of very little relevance.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 2, 1, 3, 3, 3, 3, 4

Average score: 2.3

1.7 Civil society in general and media lobby groups actively advance the cause of media freedom.

ANALYSIS:

Civil society organizations have been doing something to that end. But it is not enough yet. Generally, journalists do not participate in the activities of the very same organizations that are there to defend their own interests. But this also has to do with the benefits that these organizations offer their membership. If journalists feel that they can derive benefits from such associations, naturally they will get more actively involved. For example, in 2006, the Cape Verde Association of Journalists managed to recruit more members because it had managed to make sure that they would have access to the International Professional License. But generally, civil society organizations do participate in activities aimed at promoting and defending Press Freedom.

SCORES:

Individual scores: 2, 3, 2, 4, 4, 3, 3, 3, 4

Average score: 3.1

OVERALL SCORE FOR SECTOR 1: 3.8

Sector 2: The media landscape is characterized by diversity, independence and sustainability.

2.1	*A wide range of sources of information (print, broadcasting, internet) is available and affordable to citizens.*

ANALYSIS:
The growth of broadcasting in Cape Verde is very slow, and diversity in the sector is very little. There is a dominant role played by the Cape Verde National Radio (RNCV), which has almost been the sole beneficiary of all the international cooperation programmes in the media undertaken by the government. This is because as far as government is concerned, RNCV guarantees national unity, which could be put at risk by the rapid expansion of community radio stations, currently totalling six in the entire country. The same situation applies in the case of the public television station, TCV. These two broadcasting organizations, each on its own, dedicate 80 percent of their news programming to government activities.
Print media is a little more diversified, but generally, in terms of coverage, they also follow the same model as that of the two broadcasting organizations, giving a lot of coverage to official events. Most of them, with the notable exception of the weekly *A Semana,* are based in the national capital, Praia, without offices in other parts of the country, which is an archipelago consisting of 10 islands.
There is not a single daily newspaper in Cape Verde, and that is due in great measure to the non-existence of a printing industry capable of handling such a high demand.
From outside, Cape Verde receives free-to-air broadcasts from the African service of the Portuguese Television (RTP-Africa), Canal-5 of France, and the Brazilian *Record.* There is also a significant growth of the Internet.

SCORES:

Individual scores: 3, 3, 3, 4, 4, 4, 4, 3, 4

Average score: 3.5

2.2	*Citizens' access to domestic and international media sources is not restricted by state authorities.*

ANALYSIS:

There are no official restrictions on access. The biggest restriction is of a financial nature. Those who have the financial resources are free to access the satellite services of DSTV. In addition to TCV there is a private television station known as Tiver.
As far as radio is concerned, the BBC is able to broadcast into Cape Verde through an arrangement with Radio Nova. The same applies to the Voice of America. Foreign newspapers are also sold in the country without restrictions.
One in every 10 Cape Verdeans has a radio receiver. For television the ratio is 2 to 3.

SCORES:

Individual scores: 5, 5, 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5,

Average score: 4.9

2.3 Efforts are undertaken to increase the scope of circulation of the media, particularly to rural communities.

ANALYSIS:
There is no deliberate government policy aimed at facilitating citizens' access to print media. There is no official support for newspapers, which could help them to reduce the high costs of production.

SCORES:

Individual scores: 3, 1, 3, 3, 4, 3, 3, 3, 2

Average score: 2.8

2.4 Broadcasting legislation has been passed and is implemented that provides for a conducive environment for public, commercial and community broadcasting.

ANALYSIS:
Statutory Instrument number 10/93 can be considered as the framework which generally sets out a favourable environment in the broadcasting industry. But just as in many other cases, there still remains a gap between what is the legal framework and what happens in practice.
Some of the objectives outlined in the Statutory Instrument aim at expanding broadcasting programming to cover as many sectors of society as possible, to preserve and highlight local and regional cultural values, transmit information that is of a particular local o regional interest, and encourage solidarity and good neighbourliness among people. According to a large sector of public opinion, regardless of this Statutory Instrument, there is need for a specific legislation to deal with the community broadcasting sector.

SCORES:

Individual scores: 3, 1, 2, 2, 3, 3, 2, 2, 3

Average score: 2.3

2.5 Community broadcasting enjoys special promotion given its potential to broaden access by poor and rural communities.

ANALYSIS:

It is not true that community broadcasting enjoys special promotion in order to ensure that poor and rural communities have access to a broad range of sources of information. As a result, due to lack of support, the sector is facing enormous difficulties, thus being unable to achieve its main objectives. State advertising, because of its nature as a public service, could make a big difference if the state took a deliberate policy of making that advertising available to community radio stations. That is why specific legislation on community broadcasting is of extreme necessity.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 2, 3, 2, 1, 1, 1

Average score: 1.4

2.6 The editorial independence of print media published by a public authority is protected adequately against undue political interference.

ANALYSIS:

Officially, independence of the media is guaranteed, even for the public sector media. There is very little, if any state interference in the public sector media. However, there has been a noticeable effort on the part of editors in the public sector media not to do anything that could upset government, even if no one asks them to do so. As a result, many public sector media journalists have sought to deal with less controversial issues, as a way of protecting themselves from the frustrations that they would have to endure as a result of the pressure that they would have to face from their own bosses.

Individual scores: 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Average score: 5.0

2.7 Independent news agencies gather and distribute information for all media.

ANALYSIS:
The only news agency in Cape Verde is the state-owned INFORPRESS, which for many years has had the role of disseminating information about developments in the different islands, the Diaspora and the rest of the world. But INFORPRESS operates with some deficiency, and as such has not been able to fulfil its mandate as an important vehicle for information in an insular country with a large Diaspora. It functions irregularly, and as a result no one buys its services. There was unanimity amongst the participants that the failure of INFORPRESS is partly responsible for the weak performance of the media in general, in as far as
gathering of news is concerned. Their argument was that although INFORPRESS has correspondents throughout the country, its dysfunctional status means that it cannot feed on to other media, which do not have the same

spread of correspondents at the national level. It is true that part of the work that was done by INFORPESS has been taken over by private online media, but that is not enough.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1

Average score: 1.0

2.8 Media diversity is promoted through adequate competition regulation/legislation.

ANALYSIS:
Cape Verde is very weak on media regulation. There is no specific legislation on competition. But that does not mean that there is no diversity in the media. Often, the absence of legislation is simply the result of an oversight and of the fact that very often, the media sector is not viewed as a priority, not necessarily the result of a deliberate attitude with the view of prejudicing diversity.

SCORES:

Individual scores: 4, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 4, 5

Average score: 4.0

2.9 Government promotes a political and economic environment which allows a diverse media landscape.

ANALYSIS:
The current political environment in Cape Verde, which is characterised by a liberal democracy regime, is appropriate for the promotion of diversity in the media. From the economic standpoint, as Cape Verde is not a rich country, it is possible to say firmly that the country enjoys the conditions for the media to prosper and for more diversity.

SCORES:

Individual scores: 4, 5, 3, 4, 4, 4, 5, 4, 5

Average score: 4.2

2.10 Private media outlets operate as efficient and professional businesses.

ANALYSIS:
There is no one single daily newspaper in Cape Verde, which is in itself a major constraint. There is what one participant called “a haemorrhage in the printing industry”, because by not offering incentives that would attract investments in the printing industry, the government is making it more difficult not only for the emergence of daily papers but also of new publications, including magazines and books. It is a matter of policy. Government should facilitate the establishment of a robust printing industry in the country. It is an investment that is unavoidable, as many participants felt that an investment in the printing industry would make a significant contribution for the development of the print media. The absence of an independent printing press has resulted in many publications becoming excessively partisan, which in itself leads to lack of professionalism both from the editorial and management point of view. Participants did, however, acknowledge that there are some good quality publications in Cape Verde, some of which regularly carry special supplements that deal with a wide range of issues, from politics to economy, culture and sport, as well as social issues.

SCORES:

Individual scores: 3, 4, 3, 4, 4, 4, 3, 4, 4

Average score: 3.7

2.11 State media are not subsidized with taxpayers’ money.

ANALYSIS:
The public media is funded from the State budget, which is taxpayers’ money. In addition to that, there is a broadcasting levy, which is collected through the monthly billing of the country’s water and electricity company, Electra. However, participants felt that this levy was illegal, as it is collected even from those who do not watch TCV or listen to RNCV. Having said that, it is important to note that there is no such a thing as state media in Cape Verde, and as such it is not correct to say that public funds are used to subsidise state owned media.

SCORES:

Individual scores: 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 5

Average score: 5.0

2.12 Government does not use its power over the placement of advertisements as a means to interfere with media content.

ANALYSIS:
There is a law which states that public sector advertising must be placed in a media with the largest audience. In the case of the print media, in a newspaper with the largest circulation. However, government has tried to spread its advertising in the two major newspapers, there also being cases where it even places adverts in relatively smaller circulation newspapers. As far as radio is concerned, government has also placed adverts in the three most important radio stations. Because it is the only television station, TCV enjoys the monopoly of public advertising. Participants were unanimous in stating that never has government used its power over placement of adverts as a means to interfere in whatever way with the media where it places its adverts.

SCORES:

Individual scores: 5, 5, 5, 5, 5, 4, 5, 5, 4

Average score: 4.8

2.13 The advertising market is large enough to maintain a diversity of media outlets.

ANALYSIS:
The advertising market in Cape Verde is still very small for it to make a significant impact in maintaining diversity in the media. To that, one must add the fact that the advertising industry is not yet subject to any kind of regulation, which contributes to an unfair advantage in favour of the public media. Because the public media benefits from public funds, there should be a limitation in the amount of commercial advertising that should be apportioned to the public media. This is necessary in order to give a chance to the private media, which does not enjoy the same privileges. The state has to intervene in order to regulate the advertising market, as this is the only way to ensure plurality in the media and also guard against dumping.

SCORES:

Individual scores: 3, 1, 1, 3, 3, 2, 3, 2, 2

Average score: 2.2

OVERALL SCORE FOR SECTOR 2: 3.4

Sector 3: Broadcasting regulation is transparent and independent, the state broadcaster is transformed into a truly public broadcaster.

3.1 Broadcasting is regulated by an independent body adequately protected against interference, particularly of a political and economic nature.

ANALYSIS:
There is no regulation for the media in Cape Verde. It suffices to say that the regulatory body, the Media Council (CCS), has been inoperative for more than two years, after the expiry of its original mandate. Participants were unanimous to the fact that the full weight of this body has not been felt in the media. For the moment there is no independent body to regulate broadcasting, although there are international and regional agreements that recommend the establishment of such a body.
There is a proposal that has been put forward by media professionals for the establishment of a Higher Media Authority, which would be an independent body, with a broad based social representation. This would help to avoid the excessive political connotation of the CCS. However, it is worth noting that the establishment of such an Authority would require a constitutional amendment.
SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 2, 1, 2, 1, 1, 1

Average score: 1.2

3.2 The appointments procedure for members of the regulatory body is open and transparent and involves civil society.

ANALYSIS:
Cape Verde has a body that is eminently political. It is dominated by politicians. Of its nine members, three are appointed by parliament, another three (including its chair) by the government, and the remaining three are supposedly there to represent the public, even though the law says that they have to be co-opted by the other six. Even the fact that the chair is a judge does not remove the political connotation of this body, which among its members does not have even a single representative of the media fraternity. For the past two years the two political parties with parliamentary representation have been trying to get some consensus as to who should be appointed to the body. Just the fact that the law says that the three representatives of civil society (public opinion) are co-opted by the other six, who are designated by political parties and government is enough for the independence of this body to be compromised.

SCORES:

Individual scores: 5, 4, 5, 2, 4, 4, 3, 3, 5

Average score: 3.9

3.3 The body regulates broadcasting in the public interest and ensures fairness and diversity of views broadly representing society at large.

ANALYSIS:

The Media Council (CCS) was established at a time when the country was making its transition to a multiparty system, when pluralism in the media itself was making its first steps. That is why this organ belongs to a reality that is out of step with the reality of Cape Verde today. Many provisions of the law that established it are outdated.
In today's reality, there are a number of issues that have to do with media regulation, but which cannot be addressed by the highly politicised CCS. This is the reason why there have been suggestions for the CCS to be abolished and replaced by another body that can serve the wider interests of Cape Verde's society.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 3, 2, 2, 1, 2, 2

Average score: 1.6

3.4 The body's decisions on licensing in particular are informed by a broadcasting policy developed in a transparent and inclusive manner.

ANALYSIS:
There is a dispersion of competences in this sector in Cape Verde.

- Licensing is done by a different body, which is not the CCS. Monitoring of license compliance falls under a different commission, which is appointed by government, and as such cannot be independent.
- The public broadcasting media is largely unaccountable, with their accounts not having been audited for the past seven years, and the Public Accounts Office doing nothing to force them to comply.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1, 1

Average score: 1.0

3.5	*The public broadcaster is accountable to the public through a board representative of society at large and selected in an independent, open and transparent manner.*

ANALYSIS:
Management of the two public broadcasting organisations are appointed by their respective boards, which in turn are appointed by Cabinet. There is no transparency. It has been suggested that the intermediate managers be elected by the journalists, but nothing has changed ever since. At one point there was a Council of Opinion in the 1990s, but it has since ceased to exist. The endless public controversies between the boards and the executive managements of the two publicly owned broadcasting organisations clearly show that there are serious problems as to the manner in which they are managed, with their respective boards believing that the executive managements are subordinated to them, including on editorial matters, while the latter claiming editorial independence, in accordance with the Media Law.

SCORES:

Individual scores: 1,1,1,1,1,1,1,1,1

Average score: 1.0

3.6	*Persons who have vested interests of a political or commercial nature are excluded from possible membership in the board, i.e. office bearers with the state or political parties as well as those with a financial interest in the broadcasting industry.*

ANALYSIS:
Statutory Instrument Number 10/93, which regulates broadcasting activity in Cape Verde, provides that such activity can be undertaken by public, private or cooperative entities, and clearly makes it unlawful for political parties or associations, trade unions, employer organisations or professional associations, as well as local governments, either directly or through companies in which they may hold shares, to be involved in the broadcasting industry. However, despite that legal provision, the past few years have witnessed the emergence of radio stations which belong or are linked to municipal authorities, rather than the community ones, even if that is not so because NGOs, cooperatives and many others continue to hold in their stores equipment donated to them through international cooperation allegedly due to lack of adequate human resources that would enable them to broadcast to their respective communities. Essentially, according to the participants, there is nothing clearly stated in the law, which makes it categorical that individuals with interests, be these of whatever nature in the broadcasting industry, must be excluded from the boards.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 2, 4, 3, 3, 3, 3, 2

Average score: 2.4

3.7 The editorial independence of the public broadcaster from commercial pressure and political influence is guaranteed by law and practised.

ANALYSIS:
Cape Verde's broadcasting law states in its Section 3, that RNCV is the public broadcaster. Furthermore, Section 11 of the Media Law guarantees such freedom, and this is reinforced by Section 12 of the same law, which expressly outlaws censorship. There has been no hint of censorship of any nature, be it political, economic or religious, even if that is because the public broadcaster is managed as an independent corporation with its own autonomy. This is so, despite the fact that government has one representative each in the boards of both RNCV and TCV.

SCORES

Individual scores: 1, 2, 1, 4, 3, 3, 3, 2, 3

Average score: 2.4

3.8 The public broadcaster is adequately funded in a manner that protects it from arbitrary interference with its budget.

ANALYSIS:
The public broadcaster receives funding directly from the State Budget. In addition to that, there is a statutory radio and television fee, incorporated in the electricity and water bills. This fee is highly contested by those who feel that it should apply only to those who listen or watch public radio or television. To many, the indiscriminate charging of this fee should mean that it benefits the entire broadcasting industry, including the private sector. Those who support this idea argue that it does not make sense that the public broadcasters should benefit from both the fee and the State Budget, and still be allowed to compete for commercial advertising with the private broadcasters.

SCORES:

Individual scores: 1, 1, 1, 2, 3, 2, 1, 2, 1

Average score: 1.5

3.9 The public broadcaster is technically accessible in the entire country.

ANALYSIS:
Unofficial projections show that within four years, that is in 2010, television in Cape Verde will overtake radio in terms of audience, covering between 75% and 82% of the population. This will completely alter today's reality, which still favours radio as the main source of information and entertainment. Such projections point at the urgent need for television to prepare itself to meet this new challenge. However, despite the country's geographical dispersion, it is fair to say that the public broadcaster is technically accessible in most parts of the country.

SCORES:

Individual scores: 3, 4, 3, 4, 4, 4, 4, 3, 3

Average score: 3.5

3.10 The public broadcaster offers diverse programming for all interests.

ANALYSIS:
RNCV offers a rich and diversified programming, covering many parts of the country. Besides that, talk shows with a large audience and targeted at different audiences make it a true public service provider. It has a wide network of correspondents in the country, providing information in real time to the majority of people in Cape Verde. Its content could be more innovative, thus placing itself in a better position to follow the country's dynamics and the new challenges that the people of Cape Verde, especially the young, face today. RNCV's content is determined by Programming Councils, which are largely ineffective and without adequate technical support to enable them to follow trends in audiences, develop new contents and explore new target audiences. As far as TCV is concerned, it has a less diversified programming, and its service can only be acceptable in a country where consumer rights are not respected. TCV is far from fulfilling its public mandate for the provision of quality information, education and entertainment. Based in the national capital, its main brief is to follow politicians and national leaders, thus offering an official programming that simply captures the centre of power, with all its endless workshops, seminars, conferences and official acts. Most of the country's critical day-to-day issues are not covered.

SCORES:

Individual scores: 3, 2, 3, 4, 3, 3, 3, 2, 3

Average score: 2.8

3.11 The public broadcaster offers balanced and fair information reflecting the full spectrum of diverse views and opinions.

ANALYSIS:
Because of the role it is supposed to play as part of its mandate, RNCV needs to re-evaluate itself and restructure its programming in order to make it even more diversified. It is the organisation that employs most journalists and media technicians in Cape Verde, and as such it has a duty to do more. Television is limited in its broadcasting period, with an almost non-existent local content.

SCORES:

Individual scores: 3, 3, 2, 4, 2, 3, 3, 3, 3

Average score: 2.8

3.12 The public broadcaster offers as much diverse and creative local content as economically achievable.

ANALYSIS:
This statement is true for RNCV. As for TCV, it is still too far from meeting the expectations of the public in Cape Verde, particularly in as far as giving a greater emphasis on local content is concerned. Most of TCV's content reflects a situation of total cultural alienation.

SCORES:

Individual scores: 2, 3, 2, 2, 2, 3, 3, 3, 3

Average score: 2.5

OVERALL SCORE FOR SECTOR 3: 2.2

Sector 4: The media practice high levels of professional standards.

4.1 The media follow voluntary codes of professional standards which are enforced by self- regulatory bodies.

ANALYSIS:
There is no code of ethics established by the Cape Verde media professionals themselves. Similarly, there is no such a self-regulatory body. This is a major handicap, which results in some professionals behaving in an unacceptable

manner, which in itself helps to discredit the profession in the eyes of the public. There is, however, a statute for journalists, which in its article 13 stipulates that the professional conduct of journalists should be defined in their specific code of ethics, which must as a necessity contain in it the guarantees for its observation.
Participants were of the opinion that while a Code Ethics is not yet in place, the problem could be best dealt with in the meantime with the establishment of such bodies at the newsroom level. This would help to overcome some of the weaknesses that are currently inherent in the media.

SCORES:

Individual scores: 2, 2, 1, 2, 1, 1, 1, 1, 1

Average score: 1.3

4.2 The standard of reporting follows the basic principles of accuracy and fairness.

ANALYSIS:
Generally, yes. However, in such a polarised political environment as it obtains in Cape Verde, there emerge occasionally some tendencies along political party lines which then reflect themselves in the way journalists carry out their duties. There are also cases of journalists and media organisations who use the profession in order to settle scores with their adversaries. In this sense participants highlighted the need for journalists to guide themselves by the basic principles of ethics and deontology, which state that in any issue there must be more than just one version, and that no one should be accused without proof or evidence.

SCORES:

Individual scores: 3, 3, 2, 2, 3, 3, 3, 3, 4
Average score: 2.8

4.3 The media cover the full spectrum of events, issues and cultures, including business/economics, cultural, local, and investigative stories.

ANALYSIS:
The media in Cape Verde covers the full spectrum of issues not only within the country, but also in the Diaspora. It is even possible to notice some degree of specialisation, with newspapers having special sections that cover Economic issues, Culture and Sport, among others. The preoccupation about covering all of the country's 10 islands is evident among most of the media organisations. Among other issues that have attracted the attention of the media there are those that pertain to the health of women and children. Investigative journalism has also been gaining ground, with the media playing its role of protecting the

interests of the public, being the voice of civil society and guarantor of transparency and good governance. Investigative journalism, however, is faced with the problem of shortage of resources necessary to sustain the high costs associated with information gathering. On the other hand, most journalists lack the necessary technical and professional skills required for good investigative journalism.

SCORES:

Individual score: 3, 3, 4, 4, 3, 3, 4, 4, 4

Average score: 3.5

4.4 Gender mainstreaming is promoted in terms of equal participation of both sexes in the production process.

ANALYSIS:
About 70% of the staff in the media in Cape Verde are women. They are editors, reporters, sound and communications engineers, TV presenters and producers, and senior administrative, business and marketing executives. For years that women have taken a leading role in the management of the media sector in Cape Verde. Not so long ago, the Director General of RNCV was a woman. So was the Chair of the Board of TCV. Many women manage newspapers and magazines. The Editor of the country's most influential private newspaper, *A Semana,* is a woman. Women play such an important role in the media in Cape Verde that one participant humorously said that, "what we need now is an association for the protection of men". The influential role played by women in Cape Verde may be better explained by the fact that Cape Verde is predominantly a country of emigrants, with men leaving the country to fend for their families from abroad.
However, the fact that women have a leading role in the media does not necessarily mean that issues of gender are treated fairly by the media, even though the situation in Cape Verde is still far better than in many other African countries.
SCORES:

Individual scores: 5, 5, 4, 4, 5, 5, 4, 4, 3

Average score: 4.3

4.5 *Gender mainstreaming is reflected in the editorial content.*

ANALYSIS:
"Gender mainstreaming is a given fact", says panellist, lawyer and social activist Vanda Évora. Many women occupy prominent positions in the Government of Cape Verde. As this exercise was being carried out in September 2007, there

were 5 women in Cabinet. One occupied the position of Secretary of State and another one was the Mayor of São Vicente, the second largest city in Cape Verde. There is one woman Deputy Speaker of Parliament. Other women are heads of Parliamentary standing committees. There are several women who are head of parastatals and other state institutions, and one who is a Supreme Court Judge. At the level of civil society there are women who occupy positions of leadership. Because of their work, these women are very sympathetic towards the media. In the countryside women play a pivotal role in the development of rural economies.

SCORES:

Individual scores: 5, 4, 4, 5, 5, 4, 4, 3, 5

Average score: 4.3

4.6 *Journalists and editors do not practise self-censorship.*

ANALYSIS:

The issue of self-censorship has for long been the subject of debate in the media profession in Cape Verde. Not even the winds of multiparty democracy have succeeded in freeing the profession from the scourge of self-censorship. It is an issue that has been referred to several times in the US State Department's annual human rights reports on Cape Verde. It has always been highlighted as the black spot in an otherwise clean record presented by the Freedom House, and it has repeatedly been mentioned in the Reporters Without Borders' reports. There is no reason for self-censorship in Cape Verde, which is considered to be one of the most democratic and freest countries in the world. However, self-censorship could be the result of different types of pressure, including economic, being brought to bear on journalists. Since 2000 that not a single journalist has ever been taken by government to court, and contrary to what happened in the 1990s, there is no information about any journalist having been fired because of having exercised her/his freedom of conscience as a professional. Participants were of the view that self-censorship could also be the result of the fact that, in many cases, journalists have temporary employment contracts, and that fact may contribute to a sense of insecurity, preventing journalists in those circumstances from touching on issues that they believe are likely to put at risk the interests of their employers.
SCORES:

Individual scores: 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 2, 3

Average score: 2.1

4.7 *Owners of private media do not interfere with editorial independence.*

ANALYSIS:
Generally, proprietors keep as far away as possible from the newsrooms. There are cases of proprietors who make their investments, but then are never concerned with the development of their own investments. This could find explanation in the fact that most media organisations are loss making, thus making them less attractive even for their owners. This can be seen as a positive development, bearing in mind that it can contribute to editorial independence, without interference from owners. But the downside of it is that if the attitude of media owners is that of shying away from their own investments because they are not making as much money, then the long-term consequences could be worse, given that it means the media will not have the new investments needed for the overall development of the media sector in Cape Verde.

SCORES:

Individual scores: 4, 3, 4, 4, 5, 4, 4, 3, 4

Average score: 3.8

4.8 Salary levels and general working conditions for journalists and other media practitioners are adequate to discourage corruption.

ANALYSIS:
Participants were of the view that it is not appropriate to link corruption to low salaries. Low salaries should not be used as an excuse to justify unethical behaviour by journalists. In any case, particularly in as far as Cape Verde is concerned, salary levels in the media are relatively higher compared to many African countries. The average salary for a journalist in Cape Verde is above the equivalent of one thousand dollars. In addition to that, working conditions for journalists are also good.

SCORES:

Individual scores: 5, 3, 4, 4, 4, 3, 4, 5, 4

Average score: 4.0

4.9 Training facilities offer formal qualification programmes for journalists as well as opportunities to upgrade their skills.

ANALYSIS:
There is no school of journalism in Cape Verde. On the other hand, all indications suggest that the government does not have a policy or strategy for the training of journalists. Many of the professionals in journalism have received training in other areas than in journalism, and it would be important if they were to receive some specific training in journalism. The few cooperation programmes that government has had in the past with other countries for the training of journalists no longer exist. Either by commission or omission, the media has been excluded from the cooperation programmes that Cape Verde has with its development partners. However, there are media courses at several universities in the country, albeit with very modest quality to achieve any significant success in the development of high quality journalism in Cape Verde.

SCORES:

Individual scores: 3, 2, 2, 2, 3, 2, 2, 1, 2

Average score: 2.1

4.10 Journalists and other media practitioners are organized in trade unions and/or professional associations.

ANALYSIS:
Yes. There is the Cape Verde Association of Journalists (AJOC) to which most journalists in Cape Verde belong. However, its presence has not been strongly felt. That may possibly be attributed to the fact that members themselves have not taken initiatives that would include the need for regular meetings to debate the state of media freedom in the country. Some see this lack of activity as the result of the climate of democracy and tranquillity that prevail in Cape Verde, where in the absence of systematic persecution of the media, journalists do not feel the need to organise.

SCORES:

Individual scores: 4, 5, 5, 5, 5, 5, 5, 4, 5

Average score: 4.7

OVERALL SCORE FOR SECTOR 4: 3.3

COUNTRY AVERAGE (2007) 3.2

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

P.O. Box 23652
Windhoek NAMIBIA
Tel: +264-61-237 438
Fax: +264-61-237 441
E-mail: fesmedia@fesnam.org.na
http://www.fesmedia.org.na